



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E TECNOLOGIAS
CAMPUS XVIII – EUNÁPOLIS
COLEGIADO DE LETRAS

MARIA CLARA ASSUNÇÃO SANTOS

**AS RELAÇÕES SOCIAIS ENTRE TÍTULO E TRATAMENTO:
QUEM É DOUTOR?**

EUNÁPOLIS - BA
2023

MARIA CLARA ASSUNÇÃO SANTOS

**AS RELAÇÕES SOCIAIS ENTRE TÍTULO E TRATAMENTO:
QUEM É DOUTOR?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Licenciado em Letras Vernáculas e Literatura do Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias da Universidade do Estado da Bahia – *campus XVIII*.

Orientadora: Prof.^a Esp. Lícia da Silva Sobral

MARIA CLARA ASSUNÇÃO SANTOS

**AS RELAÇÕES SOCIAIS ENTRE TÍTULO E TRATAMENTO:
QUEM É DOUTOR?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Licenciado em Letras Vernáculas e Literatura do Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias da Universidade do Estado da Bahia – *Campus XVIII*, orientado pela Prof.^a Esp. Lícia da Silva Sobral.

Aprovada em: 12/12/2023

Prof.^a Lícia da Silva Sobral
Orientadora
Universidade do Estado da Bahia

Prof.^a Irlena Moreira Lopes
Examinadora
Universidade do Estado da Bahia

Prof. André Heloy Avila
Examinador
Universidade do Estado da Bahia

AGRADECIMENTOS

A Deus, meu criador, melhor amigo e salvador. Pelo dom da vida, pela conquista e possibilidade de cada experiência vivida. Sem Ele nada seria possível.

À minha família, em especial a minha mãe Ivone de Jesus a quem eu dedico uma gratidão imensurável, pelo apoio incondicional e pelo exemplo de força, perseverança e amor.

Aos meus colegas de turma, por cada momento compartilhado. Em especial as minhas amigas Valérie Tamarindo, Rafaela Balbino e Sherry Gonçalves, as quais me acompanharam nos melhores e piores momentos durante a minha trajetória na UNEB.

Aos professores que me ensinaram e auxiliaram durante todo o percurso acadêmico, contribuindo para a construção da profissional de Letras que venho me tornando. Obrigada.

Como disse Snoop Dog: “Eu quero me agradecer por acreditar em mim mesmo, quero me agradecer por todo esse trabalho duro. Quero me agradecer por não tirar folgas. Quero me agradecer por nunca desistir. Quero me agradecer por ser generoso e sempre dar mais do que recebo. Quero me agradecer por tentar sempre fazer mais o certo do que o errado. Quero me agradecer por ser eu mesmo o tempo inteiro.”

Deixo um agradecimento especial a minha orientadora professora Lícia da Silva Sobral, por aceitar me conduzir nessa etapa, pelo incentivo e pela dedicação do seu escasso tempo ao meu projeto de pesquisa.

*A linguagem é o arame farpado mais poderoso
para se garantir o poder.*
Maurizio Gnerre (1992).

AS RELAÇÕES SOCIAIS ENTRE TÍTULO E TRATAMENTO: QUEM É DOUTOR?

Maria Clara Assunção Santos¹

RESUMO

O título de doutor é um termo complexo que pode ser interpretado de diferentes maneiras. No Brasil, o título de doutor é frequentemente usado como forma de tratamento, mesmo para pessoas que não possuem um doutorado acadêmico. Essa prática pode ser vista como uma forma de expressar respeito, mas também pode ser interpretada como uma forma de hierarquização e de discriminação. A relação entre o título de doutor e o racismo é um aspecto importante a ser considerado. Assim, o objetivo deste estudo foi analisar as relações sociais intrínsecas a esse termo, considerando suas motivações e consequências. Discutiu-se ainda o título acadêmico na licenciatura e a sociologia do “doutor”, indicando sua relação com hierarquia, poder e posição social. Para análise, os passos a serem seguidos se construíram embasados em aspectos sociolinguísticos de Bagno (2012) e sociológicos de Queiroz (2021). Foram analisados dados qualitativos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. A partir das análises constatou-se que o título de doutor é frequentemente associado a profissões de alto status e remuneração. Essa associação pode levar a uma valorização excessiva do título, o que pode prejudicar o acesso ao conhecimento e à educação superior por parte de pessoas de baixa renda. É importante estar atento a essas implicações, para que o uso do título seja feito de forma consciente e responsável.

Palavras-chave: Relações Sociais. Doutor. Título. Tratamento.

INTRODUÇÃO

A titularidade para doutoramento foi criada no período da Idade Média com a finalidade de identificar estudiosos eminentes, os primeiros títulos datam no período de 1300. Pela natureza da titulação os estudiosos passam a ser prestigiados e respeitados nas relações científicas e sociais. Observa-se que o uso do termo inicia seu percurso associado ao desenvolvimento de estudos e pesquisas.²

O termo *doutor* perdeu seu sentido original na Antiguidade e passou a ser usado para designar pessoas de alto escalão, como juízes e médicos. No período da baixa Idade Média, com o surgimento das universidades, o termo recuperou seu sentido original e passou a designar especificamente os docentes universitários. As três faculdades superiores das universidades medievais eram Teologia, Direito e Medicina. Os títulos de *doctor medicinae*, *doctor juris* e *doctor theologiae* correspondiam, respectivamente, aos médicos, advogados e teólogos

¹ Graduanda do Curso de Letras Vernáculas da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Campus XVII - Eunápolis-BA.

² **Asfour**, A. F. A.; **Winter**, J. P. Whom should we really call a “doctor”? Canadian Medical Association Journal, v. 190, n. 21, maio 2018.

formados nas universidades. A partir do século XIII, leis foram criadas para restringir o uso do título doutor aos que tinham formação universitária. Assim, o termo foi se especializando no sentido acadêmico³.

Observa-se que o uso de formas de tratamento para profissionais jurídicos é uma questão controversa, com opiniões divergentes sobre qual seria o tratamento mais adequado. Contudo, nota-se que o tratamento voltado para profissionais da área jurídica está atrelado a designação – *doctor juris* – da baixa idade média. Além disso, as formas de tratamento podem expressar relações de poder entre os interlocutores⁴.

Os padrões de tratamento são definidos por relações de intimidade, formalidade e reciprocidade. Esses padrões são discutidos por Brown e Gilman (1960) *apud* Balsalobre⁵, que propõem um modelo baseado no uso de tratamentos correspondentes às duas características principais das sociedades, dentre eles o significado de poder. Para os autores, poder é o relacionamento não recíproco que se estabelece entre, no mínimo, duas pessoas no sentido de que elas não podem ter poder na mesma área de comportamento.

O poder semântico revela formas de tratamento típicas da relação entre um superior e um inferior. “Existem muitas bases de poder força física, riqueza, idade, sexo, papel institucionalizado na igreja, no estado, no exército ou dentro da família”⁶. Os significados despontam das relações sociais, esclarecido por meio de um conjunto de critérios e posição do usuário da língua.

Nesse sentido, importa compreender a influência social e os aspectos que de modo geral, envolvem o título e o tratamento de doutor. A discussão envolve elementos pautados pela multidisciplinaridade, destacando componentes que dizem respeito à forma como a expressão “doutor” possui influência no cotidiano e as considerações implícitas no uso do termo. Desta forma, analisamos as relações intrínsecas entre os membros de uma sociedade por meio do significado entre titulação e tratamento nas relações sociais.

Doutor: Título ou Tratamento

³ Reichmann, T.; Vasconcelos, B. A. Op. cit.

⁴ Lisboa, C. M. O. M.; Pereira, T. C. A. S. Doutor(a): relações de poder e de solidariedade em uma comunidade de prática jurídica. Todas as Letras, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 131-147, maio/ago. 2017.

⁵ Balsalobre, S. R. G. Língua e sociedade nas páginas da imprensa negra paulista: um olhar sobre as formas de tratamento. São Paulo: Unesp, 2010.

⁶ Brown e Gilman (1960, p.255) There are many bases of power-physical strength, wealth, age, sex, institutionalized role in the church, the state, the army or within the family.

O título de doutor é uma distinção acadêmica que é concedida a indivíduos que concluíram com sucesso um curso de doutorado. No Brasil, o doutorado é um curso de pós-graduação que exige pelo menos quatro anos de estudos, incluindo um projeto de pesquisa original. O uso do título de doutor pode ter implicações sociais e culturais, em diferentes contextos: o reconhecimento da titulação por meio da distinção acadêmica ou pode ser vista como um tratamento de submissão social. Os significados do termo estão presente em dicionários da língua portuguesa, como o Michaelis, o Houaiss e o Aurélio. Para estes, “doutor” é:

1º) aquele que cursou o doutorado; 2º) o médico; 3º) o advogado; 4º) o delegado de polícia; 5º) o juiz; 6º) uma pessoa considerada muito culta, importante; 7º) por cortesia, todo o indivíduo formado em curso superior; 8º) o portador do título “Doctor honoris causa”⁷.

A partir destas definições, passa-se a conferir um elevado grau de subjetividade à determinação de quem pode ser denominado “doutor”: o médico, o advogado, o delegado de polícia, o juiz, uma pessoa considerada muito culta, importante, por cortesia e todo o indivíduo formado em curso superior. Aqueles que cursaram o ensino superior e defenderam uma tese são considerados doutor pelo significado termo.

As áreas de medicina e advocacia refletem influências que foram estabelecidas na Baixa Idade Média. Na antiguidade, as pessoas de alto escalão como advogados, médicos e delegados passaram a se apropriar do termo como forma de prestígio. Fazendo com que o termo perdesse o seu sentido original de título e passasse a se tornar um tratamento como um símbolo de superioridade e respeito.

Pronomes de Tratamento

Bakhtin (2000)⁸ destaca que todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua. Ou seja, a linguagem é uma ferramenta essencial para a interação social. Usada em todo processo de comunicação, esta é a forma mais democrática daquilo que chamamos de língua que está intimamente ligada à sociedade, e é importante conhecer as normas que regem o comportamento adequado em cada contexto social. Essas normas variam de acordo com a cultura e a época, e incluem as formas de tratamento, que são importantes para expressar respeito e consideração.

⁷ **Bonamigo**, E. L. Quem é doutor? Conselho Federal de Medicina. 1999. Disponível em: <https://portal.cfm.org.br/artigos/quem-e-doutor/>. Acesso em 10 out. 2023.

⁸ **Bakhtin**, Mikhail. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

As formas de tratamento são um conjunto de palavras ou expressões usadas para dirigir-se ou referir-se a outra pessoa. Elas podem ser pronomes pessoais, como "você", "ele", "ela", "nós", "eles", ou formas nominais, como "senhor", "senhora", "doutor", "professora"⁹.

A utilização dos pronomes de tratamento na língua portuguesa segue, a princípio, as determinações oficiais quanto ao seu adequado emprego. Assim, utiliza-se o pronome *Vossa Excelência* em comunicações dirigidas a algumas autoridades do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário. Nesse contexto, compreende-se que o termo doutor não é pronome de tratamento, mas um título acadêmico.

Os sistemas de símbolos, assim como os recursos materiais, são instrumentos de ordem e divisão nas sociedades. Eles produzem e articulam a linguagem, os valores, as crenças, o conhecimento e a tecnologia. Esses sistemas informam a posição de cada indivíduo na sociedade, permitindo que sejam definidos e classificados. Eles estabelecem uma economia de representação e de significação, a partir da qual os códigos de comunicação definem o que pode e deve ser dito, e como os interlocutores devem interagir¹⁰.

As formas de tratamento são usadas para expressar a estrutura social vigente em um determinado meio. Elas não dependem do sistema linguístico, mas da forma como a sociedade está organizada. No Brasil, após a ditadura militar, a sociedade passou por profundas mudanças, especialmente em relação à liberalização de costumes. Essas mudanças também se refletiram no uso das formas de tratamento, que passaram a ser mais liberais. É comum que as formas de tratamento reflitam os costumes de uma sociedade. No Brasil, os costumes têm se tornado cada vez mais liberais nos últimos tempos, e isso também se reflete no uso das formas de tratamento¹¹.

De acordo com o Decreto nº 9.758, de 11 de abril de 2019, é proibido o uso de formas de tratamento, ainda que abreviadas, em comunicações com agentes públicos federais. A lista de formas de tratamento vedadas inclui “doutor”.

Pronome de tratamento adequado: Art. 2º O único pronome de tratamento utilizado na comunicação com agentes públicos federais é "senhor", independentemente do nível hierárquico, da natureza do cargo ou da função ou da ocasião. Parágrafo único. O pronome de tratamento é flexionado para o feminino e para o plural. Formas de tratamento vedadas: Art. 3º É vedado na comunicação com agentes públicos federais o uso das formas de tratamento, ainda que abreviadas: I - Vossa Excelência ou Excelentíssimo; II - Vossa Senhoria; III - Vossa Magnificência; IV - doutor; V - ilustre ou ilustríssimo; VI - digno ou digníssimo; e VII - respeitável. § 1º O agente público federal que

⁹ Kerbrat-Orecchioni, C. *Análise da Conversação: princípios e métodos*. São Paulo: Parábola, 2006.

¹⁰ Matos, S. R.; Paulo, M. A nobreza doutoral da Bruzundanga: profissionais liberais e fetiche do doutoramento no Brasil. *Nômadias. Critical Journal of Social and Juridical Sciences*, v. 48, n. 2, 2016.

¹¹ Silva, L. A.; Blanco, R. C. H. C.; Blanco, Y. A. O. C. Op. cit.

exigir o uso dos pronomes de tratamento de que trata o caput, mediante invocação de normas especiais referentes ao cargo ou carreira, deverá tratar o interlocutor do mesmo modo. § 2º É vedado negar a realização de ato administrativo ou admoestar o interlocutor nos autos do expediente caso haja erro na forma de tratamento empregada¹².

No entanto, além dos aspectos culturais, ressalta-se o desconhecimento que faz com que seja conferido status social diferenciado e mesmo que torna legítimas as exigências quanto ao tratamento de alguns públicos específicos, aos quais é atribuída a qualidade de doutor.

Para Bagno¹³, a Sociolinguística estuda a relação entre a língua e a sociedade, e a linguagem é usada para expressar relações sociais. Os pronomes de tratamento são usados para expressar a relação entre os falantes e o seu significado pode variar dependendo da cultura, da posição do sujeito na sociedade, das expectativas, do contexto, da maneira como a língua é usada e dos efeitos de uso no processo de comunicação.

Dr. Titulação: Tese

A palavra “doutor” vem do latim e significa “aquele que ensina”. É um título dado a pessoas que têm um alto nível de conhecimento em uma determinada área. No Brasil, o termo é usado de forma informal para se referir a pessoas que têm um diploma de doutorado, mas também é usado como forma de tratamento respeitosa para pessoas que não têm doutorado, como médicos e advogados¹⁴.

O PhD, ou Doutor em Filosofia, é o título de pós-graduação mais alto concedido pelas universidades estadunidenses. Os profissionais de saúde recebem graduação em medicina, estes são diplomas profissionais, e não realmente doutorados. O grau de medicina não faz parte do corpo docente de pós-graduação das universidades estadunidenses. Atualmente, passou-se, com frequência, a conceder os chamados graus de Doutor em Direito a graduados em direito na forma de um Juris Doctor, ainda que estes também sejam apenas cursos de graduação¹⁵.

As exigências que dizem respeito à utilização do título, ou mesmo os requisitos para sua obtenção são distintos no Brasil, em comparação com outros países. Na Figura 1, podem ser observadas as diferenças entre o tratamento de doutores no Brasil e na Alemanha:

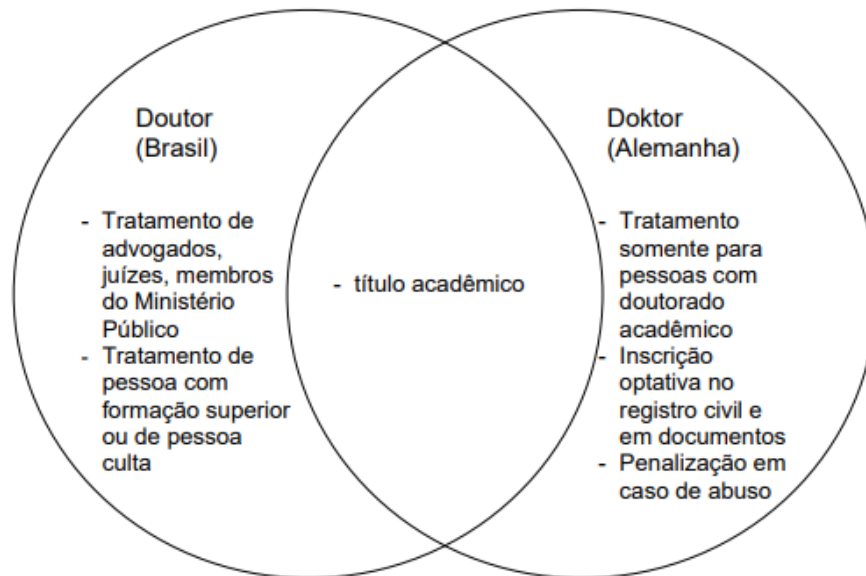
¹² **Brasil**. Decreto nº 9.758, de 11 de abril de 2019. Dispõe sobre a forma de tratamento e de endereçamento nas comunicações com agentes públicos da administração pública federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9758.htm. Acesso em 20 out. 2023.

¹³ **Bagno**, M. Gramática pedagógica do português brasileiro. São Paulo: Parábola, 2012.

¹⁴ **Reichmann**, T.; **Vasconcelos**, B. A. “Seu Dotô”/Herr Doktor: aspectos históricos e linguísticos do tratamento de Doutor e as consequências para a tradução. *Pendaemonium germanicum*. 13, p.146-170, 2009.

¹⁵ **Asfour**, A. F. A.; **Winter**, J. P. Op. cit.

Figura 1 – Diferença entre o tratamento dos doutores na Alemanha e Brasil



Fonte: Reichman; Vasconcellos¹⁶

A área de intersecção entre os dois círculos representa o uso do título de “doutor” como um título acadêmico no Brasil e na Alemanha. Contudo, no Brasil esse título é usado para pessoas com doutorado acadêmico, mas também pode ser usado como tratamento para outras pessoas. A nível de comparação, utiliza-se aqui a Alemanha, para mostrar que o título de “doktor” é usado apenas como um título acadêmico, sendo opcional no registro civil e em documentos, e o seu uso sem a devida titulação acadêmica sofre penalização.

As Relações Sociais do Título: Racismo e Invisibilidade

Os aspectos sociológicos, de modo direto ou indireto que podem ser associados ao título de doutor, evidenciam-se como relevantes objetos de investigação. Nesse sentido, verifica-se a prevalência das relações étnicas e de gênero que ocorrem em outras análises. Uma abordagem relevante na análise a respeito do elemento étnico no âmbito da formação superior foi realizada por Queiroz¹⁷, descrevendo o cenário da formação de doutores no Brasil, tanto nas instituições públicas quanto privadas, a partir dos dados da Capes (Tabela 1).

¹⁶ Reichmann, T.; Vasconcelos, B. A. Op. cit.

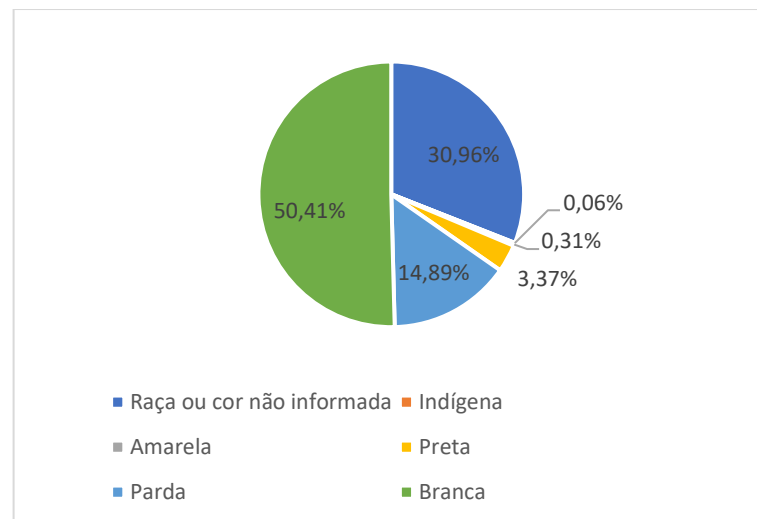
¹⁷ Queiroz, C. Impacto na ciência: Inclusão de estudantes pretos e pardos no ensino superior reverbera na produção do conhecimento. Pesquisa Fapesp, n. 208, out. 2021.

Tabela 1 – Doutores titulados em instituições públicas e privadas no Brasil

	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019
Raça ou cor não informada	15.050	14.137	13.775
Indígena	25	26	27
Amarela	120	145	171
Preta	1.038	1.637	2.000
Parda	5.546	7.150	7.967
Branca	22.056	23.476	24.432

Fonte: Adaptado de Queiroz¹⁸

Em termos percentuais, considerando os três anos analisados, verifica-se a disparidade muito grande dos doutores formados que se autodeclararam brancos, como indicado na Figura 2:

Figura 2 – Percentual de doutores titulados entre 2017 e 2019

Fonte: Adaptado de Queiroz¹⁹

A prevalência da cor branca entre os doutores diplomados no período analisado remete às relações de desigualdade existentes no Brasil, que se expressam em relação ao acesso à educação e na formação docente.

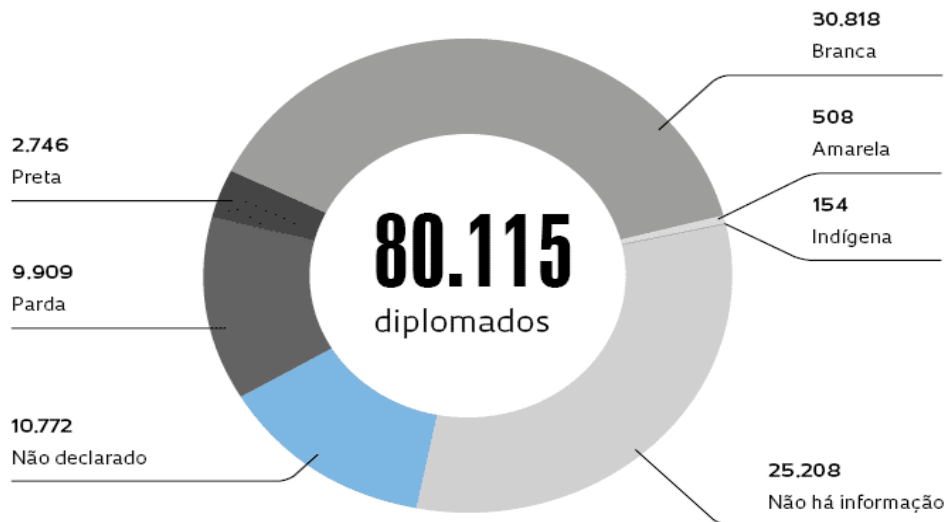
Observa-se também no Brasil a disparidade dos mestres e doutores autodeclarados brancos, bem como o grande número de não declarados. Trata-se de uma realidade que sugere um padrão relacionado às melhores condições de acesso ao mestrado e doutorado por parte dos

¹⁸ Queiroz, C. Op. cit.

¹⁹ Queiroz, C. Op. cit.

acadêmicos que se autodeclararam brancos. Essa prevalência se torna um objeto de análise ainda mais complexa, diante da observação da distribuição étnica da população brasileira. Considerando os dados que incluem a formação de mestres e doutores em 2020, conforme dados da Capes, têm-se os dados indicados na Figura 3:

Figura 3 – Mestres e Doutores titulados em instituições públicas e privadas em 2020, por autodeclaração étnica



Fonte: Queiroz²⁰

Hanzen²¹ indica que um estudo realizado em junho de 2020 pela Liga de Ciência Preta Brasileira mostrou que, entre os estudantes de pós-graduação no Brasil, a população negra representa apenas 2,7%, enquanto a população branca representa 82,7%. O estudo analisou dados da Plataforma Lattes, que reúne informações sobre pesquisadores e instituições de ciência e tecnologia no Brasil.

Essa realidade demonstra de modo mais evidente a exclusão de boa parte da população, considerando que conforme o IBGE, 42,8% dos brasileiros se declararam como brancos, 45,3% como pardos e 10,6% como pretos²². O grupo formado pelos pretos e pardos representa maioria da população brasileira e, ainda assim, ocupa um percentual muito inferior quando se trata da

²⁰ Queiroz, C. Op. cit.

²¹ Hanzen, E. Mesmo sendo maioria na população brasileira, negros ainda têm baixa representatividade no meio acadêmico. *Jornal da Universidade*. UFRGS. 2021. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/mesmo-sendo-maioria-na-populacao-brasileira-negros-ainda-tem-baixa-representatividade-no-meio-academico/>. Acesso em 20 out. 2023.

²² IBGE. Cor ou Raça. IBGE Educa. 2022. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-aca.html#:~:text=O%20IBGE%20pesquisa%20a%20cor,10%2C6%25%20como%20pretos>. Acesso em 30 out. 2023.

obtenção dos títulos de mestrado ou doutorado, escancarando assim um racismo intelectual. Leia Gonzales reflete sobre o conceito de racismo e de processos de discriminação.

Antes de mais nada, importa caracterizar o racismo como uma construção ideológica cujas práticas se concretizam nos diferentes processos de discriminação racial. Enquanto discurso de exclusão que é, ele tem sido perpetuado e reinterpretado, de acordo com os interesses dos que dele se beneficiam.²³

Considerando áreas específicas como a Medicina, que comumente são correlacionadas à titulação de doutor, pode-se confirmar a manutenção da desigualdade quanto à distribuição étnica entre os portadores desse título. Segundo o Conselho Federal de Medicina, em 2019, 69,7% dos estudantes de medicina eram brancos, um número bem abaixo dos 50% de pretos e pardos no ensino superior como um todo. Essa situação ocorre ao contrário do que se verifica na população geral, onde pretos e pardos já representam metade dos alunos do ensino superior, a medicina ainda é uma área majoritariamente branca²⁴. Ainda acompanhando Gonzales:

É nesse sentido que o racismo – enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas – denota sua eficácia estrutural na medida em que estabelece uma divisão racial do trabalho e é compartilhado por todas as formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas. Em termos de manutenção do equilíbrio do sistema como um todo, ele é um dos critérios de maior importância na articulação dos mecanismos de recrutamento para as posições na estrutura de classes e no sistema da estratificação social.²⁵

Hierarquia, Poder e Posição Social: O Rico Doutor

O título de doutor confere ao indivíduo um status social elevado, que lhe garante prestígio e respeito. Em alguns casos, esse status pode até mesmo libertá-lo da necessidade de

²³ **Gonzalez**, Lélia. 2020. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In Por um feminismo afro-latino-americano, organizado por Flavia Rios e Márcia Lima, 49-64. São Paulo: Zahar.

²⁴ **EBC**. Apenas 3% dos médicos no Brasil são negros, aponta CFM. Repórter Brasil. Out. 2023. Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2023/10/apenas-3-dos-medicos-no-brasil-sao-negros-aponta-cfm#:~:text=No%20AR%20em%2018%2F10,médicos%20no%20Brasil%20são%20negros>. Acesso em 30 out. 2023.

²⁵ **Gonzalez**, Lélia. 2020. Cultura, etnicidade e trabalho. In Por um feminismo afro-latino-americano, organizado por Flavia Rios e Márcia Lima, 25-44. São Paulo: Zahar.

trabalhar para sobreviver, o que pode ser uma vantagem, pois permite que ele se concentre no desenvolvimento de sua personalidade. No entanto, esse status social não é mais tão importante quanto era no passado. Isso se deve ao fato de que as condições econômicas e sociais mudaram e a educação superior não é mais tão rara. Mesmo assim, muitas pessoas ainda valorizam o título de doutor, pois ele é visto como um símbolo de sucesso, realização e poder²⁶.

As relações de poder são complexas e podem ser manifestadas de diversas formas, incluindo a linguagem. Os usos linguísticos podem ser convencionados como marcas de hierarquia e de poder. A língua desempenha um papel crucial na construção e manutenção da hierarquia, poder e posição social dentro de uma sociedade. A forma como as pessoas se comunica refletem e, ao mesmo tempo perpetuam as estruturas de poder existentes. A linguagem não é apenas uma ferramenta de comunicação, é também um instrumento de influência e controle.

O uso insistente do termo doutor como forma de tratamento muitas vezes reflete a busca pelo poder e a sensação de superioridade por parte daqueles que detêm títulos acadêmicos ou outros tipos de conquistas externas. A preferência por ser chamado de doutor frequentemente está ligada à ideia de estar em uma posição elevada na hierarquia social, reforçando a percepção de superioridade sobre os outros.

Nessa dinâmica, a ênfase no “ter” – seja em termos de títulos, posição social ou riqueza material – torna-se um meio de afirmar essa suposta superioridade. O poder então, está intrinsecamente associado àquilo que uma pessoa possui, contribuindo para a construção de uma narrativa de autoridade e influência.

Contudo, é crucial reconhecer que esse tipo de poder baseado no “ter” muitas vezes desconsidera a verdadeira essência do indivíduo. Aqueles que se fixam exclusivamente em suas conquistas externas podem perder de vista a importância de desenvolver qualidades intrínsecas, como empatia, autenticidade e solidariedade.

Assim, a busca pelo poder autêntico e impacto positivo na sociedade deve transcender a mentalidade de superioridade baseada em conquistas materiais. Valorizar o “ser” sobre o “ter” oferece uma perspectiva mais equilibrada, reconhecendo as várias esferas humanas presente na sociedade. Desse embate entre poder e hierarquia, o “ter” não poderia suprimir o “ser”. Contudo, observa-se que o capital faz uma pressão constante sobre os indivíduos para valorizarem mais o “ter” em detrimento do “ser”. Nesse paradigma, a busca por bens materiais

²⁶ Matos, S. R.; Paulo, M. Op. cit.

e sucesso financeiro muitas vezes suplanta a importância do desenvolvimento pessoal e das relações sociais.

Silva²⁷ afirma que em todos os ambientes existem costumes que são seguidos ao longo do tempo, incluindo as formas de tratamento. Isso se perpetua nas formas em que a sociedade foi se construindo, como por exemplo, o filho de um fazendeiro, que passa um tempo fora estudando, mesmo sem ter adquirido a titulação acadêmica, ao retornar ao seu contexto de vivência passa a ser chamado de doutor. Entretanto na evolução da educação/escolarização as formas de tratamento relacionado ao termo doutor, passam a ser reconhecidas academicamente.

Mas das relações capital e sociedade nasce o rico doutor, onde a valorização do ter sobre o ser estabelece hierarquia e poder, associando ao título uma posição de prestígio que se estende para além do âmbito acadêmico, refletindo uma estratificação que permeia diversas esferas sociais.

Língua e sociedade: Capitalismo e classes sociais

Observa-se que uma análise sob o prisma sociológico indica que a exclusão social no país é mais evidenciada nas cidades, com a divisão de classes sociais por bairros. O padrão de segregação social ora identificado nas cidades tem sua gênese nas mudanças sociais e econômicas ocorridas no passado, entre as quais se incluem a crescente divisão social, as alterações na estrutura do mercado de trabalho e os diversos acontecimentos e fatos relacionados às modificações ocorridas²⁸.

O princípio da igualdade perante a lei, que buscava tratar todos os indivíduos de forma igualitária, foi substituído pelo princípio da igualdade material ou substantiva, que busca garantir que todos tenham igualdade de oportunidades e tratamento, levando em conta suas necessidades específicas. Essa mudança ocorreu com o desenvolvimento do capitalismo no mercado, que evidenciou as desigualdades sociais e econômicas²⁹.

De acordo com Valente³⁰, o foco excessivo nas diferenças entre grupos sociais pode levar ao aumento das desigualdades e ao distanciamento entre esses grupos. Isso pode ser

²⁷ Silva, J. M. Doutor(a) ou não doutor(a): Ecce quaestio. Revista Eletrônica do ISAT, v. 15, n. 1, dez. 2021.

²⁸ Furtado, C. R. Intervenção do Estado e (re)estruturação urbana. Um estudo sobre gentrificação. Cad. Metrop., São Paulo, v. 16, n. 32, p. 341-364, nov. 2014.

²⁹ Silvério, V. R. Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. Cadernos de Pesquisa, n. 117, p. 219-246, 2002.

³⁰ Valente, A. L. Os negros, a educação e as políticas de ação afirmativa. Revista Brasileira de Educação, n. 19, jan-abr, p. 76-86, 2002.

prejudicial para a luta pela cidadania, pois pode dificultar o estabelecimento de uma sociedade mais justa e igualitária.

A condição social é uma variável importante na sociedade capitalista não apenas contemporânea, mas que vem ao longo dos anos estabelecendo vantagens e diferenciações que consolidam o caráter segregacionista intrínseco às relações sociais. O uso do termo doutor é um exemplo nesse contexto:

De professor em sentido geral a erudito em determinada matéria, de erudito a professor universitário, de professor universitário a título de distinção social, de título de distinção a signo de pedantismo e pseudocultura: parece que estamos aqui tateando passo a passo alguns trechos da trilha que nos traz até o uso do termo doutor na atualidade de nossa língua portuguesa [...]. Gradativamente vemos, na lista de definições, o uso de doutor desatrelar-se de sua semântica original de saber. Por fim, ele não designa mais o indivíduo portador de algum tipo de saber ou formação acadêmica, mas simplesmente o indivíduo ao qual se atribui autoridade, uma autoridade que não está assentada em seu conhecimento, mas em uma exigência social, ou mesmo em uma disposição legal³¹.

O uso do termo “doutor” como um sinal de autoridade pode levar a uma falsa sensação de conhecimento e legitimidade. Por exemplo, no Brasil é comum que pessoas influentes, com poder e autoridade, se utilizem de suas posições para obter vantagens pessoais. Essas pessoas, geralmente autoridades públicas ou políticas, costumam exigir tratamento diferenciado e privilégios, mesmo em locais que são abertos ao público e que, normalmente, são acessíveis mediante pagamento³².

De acordo com a teoria da “situação comunicativa imperativa”, o que determina o início e o desenvolvimento de um discurso não é uma forma preestabelecida, mas o comportamento seletivo dos participantes. Os participantes de uma situação comunicativa podem ensinar, aprender, determinar alternativas, escolher caminhos, absorver incertezas, transformar questões complexas em problemas claros, entre outros aspectos. Além disso, uma situação comunicativa não ocorre em um vácuo, mas em um conjunto de articulações complexas que a circundam. Esse conjunto de articulações tem um limite identificável que pode ser dividido em dois aspectos, sendo eles, um externo que corresponde ao mundo circundante, e um interno que corresponde à estrutura do discurso. É esse limite que permite identificar diferentes situações comunicativas³³.

³¹ Reichmann, T.; Vasconcelos, B. A. Op. cit. p. 155-156

³² Silva, J. M. Op. cit.

³³ Ferraz Júnior, T. S. Direito, Retórica e Comunicação: Subsídios para uma Pragmática do Discurso Jurídico. São Paulo: Atlas, 2015.

A questão, no entanto, não se limita aos aspectos relacionados à comunicação, compreendendo situações nas quais o título de doutor, ainda que não represente no caso concreto, o exercício de função especificamente relacionada a esse título, fazem com que o profissional seja mais valorizado. Nesse sentido Penrod e Fryer³⁴ trazem como exemplo a classe médica norte-americana, na qual é comum que os salários dos não doutores sejam influenciados pela percepção de que os ganhos dos doutores devam ser superiores, contemplando apenas os verdadeiros doutorados. Assim, os salários dos médicos que não tenham doutorado poderiam diminuir desproporcionalmente.

Independentemente de a disparidade ser objeto de preconceito inconsciente ou consciente, a terminologia usada apenas alimenta ainda mais a percepção equivocada de inferioridade quanto à capacidade e valorização profissionais. Além disso, nos últimos anos tem havido um movimento crescente entre os médicos para defender o uso do título de doutor em todos os casos. Este movimento baseia-se na crença de que os titulares de medicina, mesmo que sem doutorado, são tão merecedores do título como os doutores com essa formação³⁵.

Observando as questões que dizem respeito às relações de poder intrínsecas à utilização do título de doutor, sua análise pauta-se pela complexidade, considerando, entre outros aspectos que na prática, a comunicação humana oscila entre pretensões de validade e de facticidade. Ela se situa entre consensos possíveis e precários, como condição de sua própria democracia. Quanto mais se insiste na validade, a qualquer custo, menos se trata de uma comunicação aberta e capaz de aprender. O consenso é resultado do diálogo, não de sua negação ou substituição. Todo consenso é discutível formalmente e politicamente³⁶.

Além disso, a sociedade demonstra ser naturalmente cooperativa e competitiva, trazendo a preocupação principalmente com relação às dinâmicas discriminatórias que produzem, como regra, sociedades muito desiguais e injustas³⁷. A abordagem relacionada ao título de doutor, que pelo senso comum remete principalmente aos médicos e advogados, sugere a influência da segregação imposta pelo capitalismo às classes subalternas, que possuem entre os grupos excluídos a população negra, historicamente prejudicada ante a desigualdade. Esta desigualdade persistente tem raízes longevas e foi brilhantemente expressa no discurso do renomado psiquiatra Juliano Moreira:

³⁴ Penrod, C. W.; Fryer, L. What's in a name? The use of the title "doctor" by JDs in academia. *Barry Law Review*, v. 27, n. 1, 2022.

³⁵ Penrod, C. W.; Fryer, L. Op. cit.

³⁶ Demo, P. Introdução à sociologia: complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade social. São Paulo: Atlas, 2013.

³⁷ Demo, P. Op. cit.

Em seu discurso de posse, ao ser aprovado no concurso para professor da Faculdade de Medicina da Bahia, em maio de 1896, Moreira descreveu de forma tão elegante quanto contundente o que parece ser sua experiência pessoal com relação ao marcante preconceito de cor na sociedade brasileira de então. Endereçando-se "(...) a quem se arreceie de que a pigmentação seja nuvem capaz de marear o brilho desta faculdade (...)", disse: "Subir sem outro bordão que não seja a abnegação ao trabalho, eis o que há de mais escabroso. (...) Em dias de mais luz e hombridade o embaçamento externo deixará de vir à linha de conta. Ver-se-á, então que só o vício, a subserviência e a ignorância são que tismam a pasta humana quando a ela se misturam (...). A incúria e o desmazelo que petrificam (...) dão àquela massa humana aquele outro negro"³⁸.

A realidade vivenciada por Juliano Moreira no século XIX ainda pode ser observada diante da constatação de que, conforme Fredrich, Coelho e Sanches³⁹, o Brasil é um país marcado pela desigualdade racial, que se manifesta de diversas formas, incluindo o racismo científico, o mito da democracia racial e a política de branqueamento.

A tensão intersubjetiva que marca a atualização contínua do racismo na medicina, citada por Castro⁴⁰ pode ser uma reprodução do que se observa em outros cenários nos quais se materializa, justa ou injustamente, a utilização do título de doutor.

Sabe-se que as controvérsias são comuns em outros meios e dentro da mesma área, como no meio jurídico. Segundo Sarmento⁴¹, em 2013 um advogado de Minas Gerais conseguiu na Justiça, o direito de ser tratado por “doutor” em audiências e em outros atos da vida privada. Em 2014, porém, um juiz do Supremo Tribunal Federal teve o mesmo pedido negado. Essa incoerência do Poder Judiciário alimenta a polêmica sobre quem deve ou não ser chamado de "doutor". De um lado, há quem defenda que o título só deve ser usado por quem tem doutorado. Do outro, há quem argumente que é um direito e uma tradição que os profissionais do Direito sejam chamados assim.

Uma crítica ao modelo de tratamento empregado na cena capitalista encontra-se em Buarque⁴², que considera que o sistema universitário atual, valoriza mais os títulos acadêmicos do que o mérito artístico ou criativo. O autor afirma que um jovem doutor em musicologia, por exemplo, pode ganhar mais e ser mais reconhecido do que o compositor cuja obra ele estudou, mesmo que este último seja um grande artista.

³⁸ PASSOS, A. Juliano Moreira (vida e obra). Rio de Janeiro: São José, 1975.

³⁹ **Fredrich**, V. C. R.; **Coelho**, I. C. M.; **Sanches**, L. C. Desvelando o racismo na escola médica: experiência e enfrentamento do racismo pelos estudantes negros na graduação em Medicina. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 20, e00421184, 2022.

⁴⁰ **Castro**, R. Pele negra, jalecos brancos: racismo, cor(po) e (est)ética no trabalho de campo antropológico. Rev. antropol., São Paulo, v. 65, n. 1:e192796, USP, 2022.

⁴¹ **Sarmento**, E. Doutor ou não, eis a questão. OAB RJ. 2014. Disponível em:

<https://www.oabRJ.org.br/tribuna/advogados-tem-novo-plano-dental/doutor-ou-nao-eis-questao>. Acesso em 22 out. 2023.

⁴² **Buarque**, C. A aventura da universidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

Buarque⁴³ também critica o fato de que os departamentos da universidade são subordinados ao mesmo conceito hierárquico, que prioriza os títulos de mestre e doutor. Isso significa que um professor, um grande escritor ou um jornalista, mesmo que sejam profissionais excepcionais, podem ter um salário inferior a outros doutores que tenham feito trabalhos analisando os seus textos.

A esta crítica, podem-se acrescentar as considerações do economista e professor Cláudio de Moura Castro, para que a educação busca inovar, mas de pouco a contribuir pouco para o desenvolvimento do conhecimento. O autor cita o título de pós-doutor como uma das expressões da contribuição inócua de tais inovações:

Em todas as sociedades, em algumas mais do que em outras, há palavras mágicas que se acoplam ao nome de certas pessoas. No Império, alguns eram premiados com o título de barão, conde ou visconde. Mais adiante, o título de coronel era oficialmente atribuído a potentados locais – ou usurpado com impunidade. No Vaticano, sempre houve o comércio de ungir comendadores, a bom dinheiro⁴⁴.

Buarque⁴⁵ por sua vez, conclui que a universidade não soube como definir o mérito nas artes e nas tecnologias. Ela foi incapaz de criar reconhecimento para o "grande-artista", para o "engenheiro-inventor" ou para o "médico-brilhante", salvo se qualquer destes tiver se dedicado à elaboração de tese, nos moldes da física, da economia ou da química.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O título de doutor é um termo complexo que pode ser interpretado de diferentes maneiras. No Brasil, o título é frequentemente usado como forma de tratamento, mesmo para pessoas que não possuem um doutorado acadêmico. Essa prática pode ser interpretada como uma forma de expressar respeito, mas também pode ser vista como uma forma de hierarquização e de discriminação.

A relação entre o título de doutor e o racismo é um aspecto importante a ser considerado. No Brasil, a população negra tem menor acesso à educação superior, o que significa que a proporção de negros com doutorado é menor do que a proporção de brancos, conforme indicado

⁴³ **Buarque**, C. A aventura da universidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

⁴⁴ **Pires**, J. G. Manual de bolso do jovem pesquisador: comunicação não violenta, saiba o que é a linguagem de burocrata, e como não ser mais controlado por ela. E-book Kindle, 2022.

⁴⁵ **Buarque**, C. Op. cit.

no presente trabalho. Essa desigualdade é um reflexo das disparidades sociais e econômicas existentes no país.

O uso do tratamento de doutor também é uma forma de expressão do capitalismo. No Brasil, o tratamento de doutor é frequentemente associado a profissões de alto status e remuneração. Essa associação pode levar a uma valorização excessiva do título, o que pode prejudicar o acesso ao conhecimento e à educação superior por parte de pessoas de baixa renda.

A linguagem é um elemento importante das relações sociais. O uso do título de doutor pode ser interpretado como uma forma de expressar relações de poder e hierarquia. É importante estar atento a essas implicações, para que o uso do título seja feito de forma consciente e responsável.

Ressalta-se que os elementos históricos que se relacionam ao título de doutor, bem como no que diz respeito à sua utilização e implicações sociais, compõem um cenário multidisciplinar, cujas análises envolvem o histórico de exclusão de estratos específicos da sociedade, bem como de prevalência de outros. Trata-se de uma análise relevante, indicando a importância da realização de novos estudos a respeito do tema, ante a escassez de trabalhos identificada no curso da presente pesquisa.

REFERÊNCIAS

ASFOUR, A. F. A.; Winter, J. P. **Whom should we really call a “doctor”?** Canadian Medical Association Journal, v. 190, n. 21, maio 2018.

BAGNO, M. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2012.

BALSALOBRE, S. R. G. **Língua e sociedade nas páginas da imprensa negra paulista: um olhar sobre as formas de tratamento**. São Paulo: Unesp, 2010.

BELFORT JÚNIOR, R. **O significado do Título Ph.D.** Arq. Bras. Oftal., v. 60, n. 4, ago./1997.

BICAS, H. **PHD ou D?** Arq Bras Oftalmol., v. 65, p. 495-6, 2002.

BONAMIGO, E. L. **Quem é doutor?** Conselho Federal de Medicina. 1999. Disponível em: <https://portal.cfm.org.br/artigos/quem-e-doutor/>. Acesso em 10 out. 2023.

BRASIL. Decreto nº 9.758, de 11 de abril de 2019. **Dispõe sobre a forma de tratamento e de endereçamento nas comunicações com agentes públicos da administração pública federal**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9758.htm. Acesso em 20 out. 2023.

BUARQUE, C. **A aventura da universidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

CASTRO, R. **Pele negra, jalecos brancos: racismo, cor(po) e (est)ética no trabalho de campo antropológico**. *Rev. antropol.*, São Paulo, v. 65, n. 1:e192796, USP, 2022.

COFEN. **Resolução Cofen-256/2001**. Conselho Federal de Enfermagem. 2001. Disponível em: <https://www.cofen.gov.br/resoluo-cofen-2562001/>. Acesso em: 22 out. 2023.

CONSTÂNCIO, B. **Advogado é considerado Doutor?** Jusbrasil. 2016. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/advogado-e-considerado-doutor/443905778>. Acesso em: 20 out. 2023.

CORADINI, O. L. Titulação escolar, condição de “elite” e posição social. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15 n. 43 jan./abr. 2010.

COSTA, M. D. **Decreto imperial não garante título de doutor para bacharéis**. Sedep. 2015. Disponível em: <https://www.sedep.com.br/artigos/decreto-imperial-nao-garante-titulo-de-doutor-para-bachareis/>. Acesso em: 20 out. 2023.

DEMO, P. **Introdução à sociologia: complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade social**. São Paulo: Atlas, 2013.

EBC. Apenas 3% dos médicos no Brasil são negros, aponta CFM. *Repórter Brasil*. Out. 2023. Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2023/10/apenas-3-dos-medicos-no-brasil-sao-negros-aponta-cfm#:~:text=No%20AR%20em%2018%2F10,médicos%20no%20Brasil%20são%20negros>. Acesso em: 30 out. 2023.

ECKERT, P. **Variation, meaning, and social change**. 88th Annual Meeting of The Linguists Society of America. Stanford University, 2008. Disponível em: <https://web.stanford.edu/~eckert/Courses/ParisPapers/EckertInPress.pdf>. Acesso em 10 out. 2023.

FERRAZ JÚNIOR, T. S. **Direito, Retórica e Comunicação: Subsídios para uma Pragmática do Discurso Jurídico**. São Paulo: Atlas, 2015.

FREDRICH, V. C. R.; Coelho, I. C. M.; Sanches, L. C. **Desvelando o racismo na escola médica: experiência e enfrentamento do racismo pelos estudantes negros na graduação em Medicina**. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 20, e00421184, 2022.

FURTADO, C. R. **Intervenção do Estado e (re)estruturação urbana**. Um estudo sobre gentrificação. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 16, n. 32, p. 341-364, nov. 2014.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, Escrita e Poder**. São Paulo: Livraria Martins Fontes. 3ª edição brasileira. Produção Gráfica Geraldo Alves. 1991.

GONZAGA, A. L.; Góis, M. L. S. **Revista Philologus**, Ano 23, N° 67 Supl.: Anais do IXI SINEFIL. Rio de Janeiro: CiFEFiL, jan./abr.2017.

GONZALEZ, Lélia. 2020. **A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica**. In *Por um feminismo afro-latino-americano*, organizado por Flavia Rios e Márcia Lima, 49-64. São Paulo: Zahar.

GONZALEZ, Lélia. 2020. **Cultura, etnicidade e trabalho**. In *Por um feminismo afro-latino-americano*, organizado por Flavia Rios e Márcia Lima, 25-44. São Paulo: Zahar.

HANZEN, E. **Mesmo sendo maioria na população brasileira, negros ainda têm baixa representatividade no meio acadêmico.** *Jornal da Universidade. UFRGS.* 2021. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/mesmo-sendo-maioria-na-populacao-brasileira-negros-ainda-tem-baixa-representatividade-no-meio-academico/>. Acesso em: 22 nov. 2023.

IBGE. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 23 nov. 2023.

IBGE. Cor ou Raça. IBGE Educa. 2022. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html#:~:text=O%20IBGE%20pesquisa%20a%20cor,10%2C6%25%20como%20pretos>. Acesso em: 30 out. 2023.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. **Análise da Conversação:** princípios e métodos. São Paulo: Parábola, 2006.

KETEFIAN, S.; Redman, R. W. Um exame crítico da evolução da educação de doutorado em enfermagem nos Estados Unidos. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, v. 23, n. 3, p. 363-371, maio-jun. 2015.

LEITE, E. V. Residência médica, mestrado e doutorado. **Rev. bras. educ. med.**, v. 7, n. 2, maio-ago. 1983.

LIMA, R. **Para entender o pós-modernismo.** Espaço Acadêmico, n. 35, 2004.

LISBOA, C. M. O. M.; Pereira, T. C. A. S. **Doutor(a)'**: relações de poder e de solidariedade em uma comunidade de prática jurídica. *Todas as Letras*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 131-147, maio/ago. 2017.

MATOS, S. R.; Paulo, M. **A nobreza doutoral da Bruzundanga:** profissionais liberais e fetiche do doutoramento no Brasil. *Nômadias. Critical Journal of Social and Juridical Sciences*, v. 48, n. 2, 2016.

MOURA, M. O. **Pesquisa colaborativa:** um foco na ação formadora. In: BABOSA, R. L. L(Org.). *Trajetórias e perspectivas da formação de educadores.* São Paulo: Unesp, 2004.

NADÓLSKIS, H. **Normas de comunicação em língua portuguesa.** São Paulo: Saraiva, 2012.

PASSOS, A. **Juliano Moreira (vida e obra).** Rio de Janeiro: São José, 1975.

PENROD, C. W.; Fryer, L. **What's in a name? The use of the title "doctor" by JDs in academia.** *Barry Law Review*, v. 27, n. 1, 2022.

PIRES, J. G. **Manual de bolso do jovem pesquisador:** comunicação não violenta, saiba o que é a linguagem de burocrata, e como não ser mais controlado por ela. E-book Kindle, 2022.

QUEIROZ, C. **Impacto na ciência:** Inclusão de estudantes pretos e pardos no ensino superior reverbera na produção do conhecimento. *Pesquisa Fapesp*, n. 208, out. 2021.

REICHMANN, T.; Vasconcelos, B. A. **"Seu Dotô"/Herr Doktor:** aspectos históricos e linguísticos do tratamento de Doutor e as consequências para a tradução. *Pendaemonium germanicum*. 13, p.146-170, 2009.

SARMENTO, E. **Doutor ou não**, eis a questão. OAB RJ. 2014. Disponível em: <https://www.oabRJ.org.br/tribuna/advogados-tem-novo-plano-dental/doutor-ou-nao-eis-questao>. Acesso em: 22 out. 2023.

SILVA, J. M. **Doutor(a) ou não doutor(a):** Ecce quaestio. Revista Eletrônica do ISAT, v. 15, n. 1, dez. 2021.

SILVA, L. A.; Blanco, R. C. H. C.; Blanco, Y. A. O. C. **Formas de tratamento:** português e espanhol em foco. Let. Hoje, v. 52, n. 3, p. 331-340, jul.-set. 2017.

SILVÉRIO, V. R. **Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil.** Cadernos de Pesquisa, n. 117, p. 219-246, 2002.

UERJ. **Doutor Honoris Causa.** s/d. Disponível em: <https://www.uerj.br/a-uerj/a-universidade/memoria/doutor-honoris-causa/#:~:text=É%20o%20título%20mais%20importante,à%20educação%20ou%20à%20Humanidad> e Acesso em: 22 out. 2023.

VALENTE, A. L. Os negros, a educação e as políticas de ação afirmativa. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, jan-abr, p. 76-86, 2002.